



CONTAS

DE

GERÊNCIA

2023



Moeda: EUR

Balço Individual em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		337 030,78	352 647,50
Investimentos financeiros		2 537,12	2 284,31
		339 567,90	354 931,81
Ativo corrente			
Inventários		1 792,97	2 570,96
Créditos a receber		13 375,65	4 906,70
Estado e outros entes públicos		1 052,11	1 468,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m		57,00	
Outros ativos correntes		40 904,02	79 849,54
Diferimentos		2 566,17	1 574,04
Ativos financeiros detidos para negociação		18 032,37	18 032,37
Caixa e depósitos bancários		134 418,82	133 717,77
		212 199,11	242 119,47
Total do ativo		551 767,01	597 051,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		510 350,61	563 552,56
		510 350,61	563 552,56
Resultado líquido do período		-20 833,88	-53 201,95
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		489 516,73	510 350,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		9 436,32	5 490,61
Estado e outros entes públicos		3 908,96	3 120,12
Diferimentos		16 996,10	53 072,77
Outros passivos correntes		31 908,90	25 017,17
Passivos não correntes detidos para venda			
		62 250,28	86 700,67
Total do passivo		62 250,28	86 700,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		551 767,01	597 051,28

A Entidade

O Contabilista Certificado

Yori Nani Ricardo de Jesus
Jairo Jacinto Carlos Gomes
Antonio Manuel de Almeida
Tania de Jesus Silva de Jesus
Elma Karina Gomes Cordeiro

Luis Leite
CC n.º 39242



Moeda: EUR

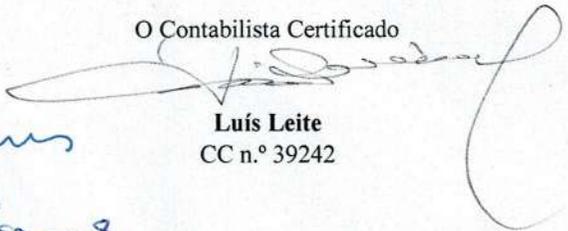
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		99 431,00	38 802,20
Subsídios, doações e legados à exploração		167 498,41	144 831,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-51 328,62	-37 340,95
Fornecimentos e serviços externos		-33 118,28	-28 053,50
Gastos com o pessoal		-190 862,74	-160 188,57
Outros rendimentos		5 043,20	6 509,96
Outros gastos		-612,03	-500,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 949,06	-35 940,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16 884,82	-17 261,39
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20 833,88	-53 201,95
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-20 833,88	-53 201,95
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-20 833,88	-53 201,95

A Entidade

O Contabilista Certificado

Yon San Pedro de Almeida
Heloísa Jacinto Carvalho Gomes
António Manuel da Silva
Teresa de Jesus Silva Sousa
Ana Maria Gomes Barbosa


Luís Leite
CC n.º 39242



Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		110 610,09	38 134,33
Recebimentos de subvenções		111 894,34	121 379,64
Pagamentos a fornecedores		-91 395,62	-68 010,49
Pagamentos ao pessoal		-168 757,87	-149 883,09
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-37 649,06	-58 379,61
Outros Recebimentos/Pagamentos		41 264,77	4 918,38
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	3 615,71	-53 461,23
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 916,89	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		2,23	0,00
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	-2 914,66	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		0,00	18 250,33
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	0,00	18 250,33
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		701,05	-35 210,90
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		151 750,14	186 961,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		152 451,19	151 750,14

A Entidade

O Contabilista Certificado

Yoni David André Lima
 Maria Jacinta Carolina Gomes
 António Manuel da Silva
 Tereza de Sá Silva
 Elma Maria Gomes

Luís Leite
 C C n.º 39242



ANEXO
(Período 2023)

M. Frey
[Signature]
[Signature]
Ana Gomes
[Signature]

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Associação P/ Animação - Os Arautas Bilhoenses

NIPC:502189070

1.2 – Sede

Largo dos Correias Fragas n.º 1 - Bilhó
4880-077 Mondim de Basto

1.3 – Natureza da atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).



2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilmente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Amador' and several other initials.

3.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.8 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.9 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado pelo justo valor.

3.1.10 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia



AR. Equival
Bog
Ana Coruja

recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registrada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registrada.

3.1.11 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.12 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários



Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.13 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.14 - Subsídios do Governo

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.15 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, Subsídio de Férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



M. Aguiar

Ama Galvão

3.1.16 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea ii) do ponto 3.1.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:



Handwritten signatures and text: Ama Eadua

Meios financeiros líquidos	2023	2022
Caixa	7 534,73	4 848,85
Depósitos à ordem	126 884,09	128 868,92
Depósitos a prazo		
Outros equivalentes de caixa	18 032,37	18 032,37
Total	152 451,19	151 750,14

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
CXG Obrigações	18 032,37			18 032,37			18 032,37
Total	18 032,37			18 032,37			18 032,37

5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Edifícios e outras construções	467 887,03			467 887,03			467 887,03
Equipamento básico	62 427,32			62 427,32	1 204,74		63 632,06
Equipamento de transporte	74 633,52			74 633,52			74 633,52
Equipamento administrativo	9 097,70	1 303,45		10 401,15	63,36		10 464,51
Sub-total	614 045,57	1 303,45		615 349,02	1 268,10		616 617,12
Depreciações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Edifícios e outras construções	128 693,21	7 362,55		136 055,76	7 362,55		143 418,31
Equipamento básico	57 266,27	580,97		57 847,24	772,50		58 619,74
Equipamento de transporte	50 889,45	8 901,88		59 791,33	8 125,26		67 916,59
Equipamento administrativo	8 591,20	415,99		9 007,19	624,51		9 631,70
Sub-total	245 440,13	17 261,39		262 701,52	16 884,82		279 586,34
Quantias líquidas escrituradas	368 605,44	-15 957,94		352 647,50	-15 616,72		337 030,78



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Ana Carolina'.

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Sub-total							
Amortizações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Sub-total							
Quantias líquidas escrituradas							

7 – Investimentos Financeiros

Ver ponto 3.1.9 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
FRSS	87,73			87,73			87,73
Fundo compensação trabalho	1 592,21	653,90	49,53	2 196,58	252,81		2 449,39
Total	1 679,94	653,90	49,53	2 284,31	252,81		2 537,12

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.11 na nota 3 deste anexo

8.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

- a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;



Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 792,97	2 570,96
Total	1 792,97	2 570,96

c) - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2023			2022		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		2 570,96	2 570,96		1 441,79	1 441,79
Compras		50 550,63	50 550,63		38 470,12	38 470,12
Inventários no fim do período		1 792,97	1 792,97		2 570,96	2 570,96
CMVMC		51 328,62	51 328,62		37 340,95	37 340,95

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.13 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2023	2022
Prestação de serviços	99 431,00	38 802,20
Juros	2,23	
Total	99 433,23	38 802,20

10 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.14 na nota 3 deste anexo



19. *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
 Ana Carolina

10.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2023	2022
Centro Distrital da Segurança Social	119 342,33	121 379,64
IEFP	129,82	4 305,24
Fundo Social Europeu	38 026,26	18 250,33
Autarquias	10 000,00	
Outros		896,00
Total	167 498,41	144 831,21

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2023			2022		
Cientes	13 375,65		13 375,65	4 906,70		4 906,70
Acionistas/sócios	57,00		57,00			
Outros créditos a receber	40 904,02		40 904,02	79 849,54		79 849,54
Total	54 336,67		54 336,67	84 756,24		84 756,24
Passivos	2023			2022		
Fornecedores	9 436,32		9 436,32	5 490,61		5 490,61
Fornecedores de investimentos				1 437,89		1 437,89
Outras dívidas a pagar	31 908,90		31 908,90	23 579,28		23 579,28
Total	41 345,22		41 345,22	30 507,78		30 507,78

11.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e outros entes públicos	2023	2022
Ativo		
EOEP - IVA	1 052,11	1 468,09
Total	1 052,11	1 468,09
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	451,00	396,00
EOEP - Segurança Social	3 410,78	2 687,58
EOEP - Outros	47,18	36,54
Total	3 908,96	3 120,12

Y. H. Aguiar
Ana Correia



11.3 – Fundos Patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2021	Aumentos	Reduções	2022	Aumentos	Reduções	2023
Resultados transitados	580 941,14		-17 388,58	563 552,56		-53 201,95	510 350,61
Resultado liquido	-17 388,58	17 388,58	-53 201,95	-53 201,95	53 201,95	-20 833,88	-20 833,88
Total	563 552,56	17 388,58	-70 590,53	510 350,61	53 201,95	-74 035,83	489 516,73

Ver ponto 3.1.15 na nota 3 deste anexo

12.1 — Número médio de empregados é 13.

Gastos com pessoal	2023	2022
Funcionários:	189 031,92	158 761,08
Remunerações	156 253,78	131 867,60
Encargos seg. social	32 778,14	26 893,48
Seguros	1 555,82	1 427,49
Outros	275,00	
Total	190 862,74	160 188,57

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Dando Cumprimento ao estipulado no art.º 210º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Entidade informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

2 - A Entidade informa que não apresenta dívidas ao Estado em mora.

Não existem salários em atraso em 31 de dezembro de 2023.

14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Outras contas a receber/pagar.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Ana Garcia'.

Outras contas a receber/pagar	2023	2022
Ativo - outros créditos a receber		
FSE - Projeto Coeso	40 851,38	78 877,64
IEFP	52,64	971,90
Total	40 904,02	79 849,54
Passivo - outros passivos correntes		
Acréscimos de gastos	31 696,16	23 579,28
Outros acréscimos de gastos	212,74	1 437,89
Total	31 908,90	25 017,17

14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2023	2022
Ativo - acréscimos de rendimentos		
FSE - Projeto Coeso	40 851,38	78 877,64
IEFP	52,64	971,90
Total	40 904,02	79 849,54
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	31 696,16	23 579,28
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	212,71	
Total	31 908,87	23 579,28

14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	2 566,17	1 051,60
Total	2 566,17	1 051,60
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
FSE - Projeto Coeso	14 916,69	52 942,95
IGFSS	2 079,41	
IEFP		129,82
Total	16 996,10	53 072,77

14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.



Outros rendimentos	2023	2022
Descontos pp obtidos		3,04
Correções de períodos anteriores	1 046,83	3 248,92
Reposição do subsídio refeição em espécie	3 816,50	3 258,00
Juros obtidos de depósitos bancários	2,23	
Outros	177,64	
Total	5 043,20	6 509,96

14.7 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 20.833,88€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Bilhó, 12 de março de 2024

A Entidade

Mosi Maria Patrícia de Jesus
Maria Jacinta Carvalho Gomes
António Manuel de Jesus
Maria de Fátima Silva Braga
Clara Maria Gomes Correia

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242



RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2023



RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nºs 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Associação Para Animação - Os Arautas Bilhoenses

Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2023, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 20.833,88€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Volume de Negócios

	2023	2022	Incremento no volume de negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	99 431,00	38 802,20	60 628,80	156,25%
Volume de negócios	99 431,00	38 802,20	60 628,80	156,25%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos



RELATÓRIO DE GESTÃO

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	51 328,62	37 340,95	13 987,67	37,46%
FSE	33 118,28	28 053,50	5 064,78	18,05%
Trabalhos especializados	3 723,13	3 569,46	153,67	4,31%
Publicidade e propaganda	482,14		482,14	
Comissões				
Conservação e reparação	6 743,05	3 675,30	3 067,75	83,47%
Ferramentas e utensílios	338,63	238,41	100,22	42,04%
Electricidade	2 984,23	3 083,02	-98,79	-3,20%
Combustíveis	11 125,51	10 093,66	1 031,85	10,22%
Comunicação	785,80	750,72	35,08	4,67%
Despesas de representação	140,00	289,75	-149,75	-51,68%
Outros	6 257,71	6 353,18	-95,47	-1,50%
Gastos com pessoal	190 862,74	160 188,57	30 674,17	19,15%
Depreciações e amortizações	16 884,82	17 261,39	-376,57	-2,18%
Outros gastos e perdas	612,03	500,91	111,12	22,18%
Juros				
Outros gastos e perdas financiamento				
Total gastos e perdas financiamento				
Total gastos e perdas	292 806,49	243 345,32	49 461,17	20,33%

4- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as Prestações de Serviços e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2023 a 271.972,61€ (190.143,37€ em 2022).

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Vendas				
Prestação de serviços	99 431,00	38 802,20	60 628,80	156,25%
Subsídios à exploração	167 498,41	144 831,21	22 667,20	15,65%
Outros rendimentos	5 040,97	6 509,96	-1 468,99	-22,57%
Juros, dividendos outros rend. similares	2,23		2,23	
Total dos rendimentos	271 972,61	190 143,37	81 829,24	43,04%



5- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento básico	1 204,74		1 204,74	
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	63,36	1 303,45	-1 240,09	-95,14%
Total	1 268,10	1 303,45	-35,35	-2,71%

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Terrenos				
Edifícios	467 887,03	467 887,03		
Equipamento básico	63 632,06	62 427,32	1 204,74	1,93%
Equipamento de transporte	74 633,52	74 633,52		
Equipamento administrativo	10 464,51	10 401,15	63,36	0,61%
Total	616 617,12	615 349,02	1 268,10	0,21%

6- TERCEIROS

O valor de 55.388,78€ (86.224,33€ em 2022) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas de utentes, do Estado e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 45.254,18€ (33.627,90€ em 2022) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.



8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.



12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 20.833,88€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vila Real, 12 de março de 2024

A Entidade

M.ª do Rosário Machado Almeida
Paulo Jacinto Carvalho Gomes
António Manuel T. Silva
Teresa de Jesus Silva Araújo
Ana Paula Gomes Silva



Contribuinte nº 502189070

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2023 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade

Yon José Machado Amaro
Francisco Jacinto Carvalho Gomes
Antônio Manuel da Silva
Tania de Siqueira Silva Lage
Ana Maria Gomes Correia